política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa
edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Reforma tributária no campo

O deputado federal gaúcho Alceu Moreira (MDB, foto) apresentou projeto de lei complementar para alterar as regras de cobrança do novo sistema de impostos (IBS e CBS) sobre produtos agropecuários, pesqueiros e florestais in natura. A iniciativa evita que o produtor pague o tributo antes de receber pela venda da safra, o que acaba comprometendo o capital de giro rural. "A matéria não pede privilégio, mas sim coerência: que o setor não suporte custo financeiro, complexidade e risco de cumulatividade que a reforma se propôs a eliminar", afirmou o parlamentar emedebista.



KAYO MAGALHÃES / CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Poder do Senado sobre finanças

Os senadores gaúchos Luis Carlos Heinze (PP) e Hamilton Mourão (Republicanos) estão entre os 29 parlamentares que assinaram uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para ampliar a competência da Casa sobre as finanças do País. Pelo texto, o Senado passaria a ter o poder de autorizar também as operações financeiras internas, e não apenas as de crédito externo, como prevê a legislação atualmente - que sejam de interesse da União, estados, municípios e do Distrito Federal.

Ataques em Minas Gerais

A deputada federal gaúcha Maria do Rosário (PT) usou a tribuna para denunciar as ameaças de morte e estupro sofridas nas redes sociais por Ana Elisa (PT-MG), recém-eleita para a Câmara dos Deputados aos 21 anos. Em tom indignado, a gaúcha prestou solidariedade à colega e associou os ataques a grupos de extrema-direita, classificando o bolsonarismo como uma "verdadeira ideologia fascista" que dissemina a misoginia. "Nós colocaremos o bolsonarismo no seu lugar, de onde, no final da ditadura, deveríamos ter colocado os torturadores, no banco dos réus", discursou a petista.

Delegados afastados do caso Master

Quatro deputados federais do Novo, entre eles o gaúcho Marcel van Hattem, solicitaram informações ao Ministério da Justiça sobre a exoneração de dois delegados de seus cargos de chefia na Polícia Federal. O afastamento de Daniel Mostardeiro Cola e Wedson Cajé Lopes ocorreu poucos dias após eles assinarem relatórios apontando supostas ligações entre ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o controlador do Banco Master. O documento, encabeçado pela deputada Adriana Ventura (Novo-SP), exige cópias dos atos de desligamento e esclarecimentos sobre uma ordem de "readequação" das investigações, questionando a alegação de "quebra de confiança" usada para justificar a destituição.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.
SKO®
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ▪ Dinamismo ▪ Confiabilidade
www.sko.com.br | 51 3342.9323

Dino mantém período de transição para fim da 6x1

Sem adiar a implementação, ministro autorizou flexibilizar as folgas

/ TRABALHO

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino proferiu nesta quinta-feira decisão monocrática para manter o período de transição para o fim da escala 6x1 como previsto na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) já aprovada.

Com isso, a data de início da nova regra para a jornada de trabalho permanece em 16 de dezembro. A decisão segue para avaliação do plenário da Suprema Corte.

A decisão também prevê que as regras da nova escala de trabalho possam ser flexibilizadas, contanto que isso esteja previsto em acordo coletivo. Nesse caso, o trabalhador poderia ter apenas um descanso na semana em algum momento do mês, desde que, ao fim dos 30 dias, ele tivesse somado oito folgas.

Seria possível, por exemplo, um trabalhador atuar na escala 6x1 em uma semana, e na 4x3, com três folgas, na outra - contanto que o modelo esteja previsto no acordo coletivo.

A determinação de Dino foi em resposta a ações de entidades empresariais, que pediam o adiamento do início da escala 5x2 para dezembro de 2027.

O ministro foi sorteado como relator de ação proposta pela CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo) e pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), que acionaram a Corte para questionar o prazo de 60 dias para reduzir a jornada de 44 para 42 horas semanais.

O ministro convocou audiência, realizada na terça-feira, com o objetivo de reunir entidades empresariais, sindicatos e membros do governo para tratar da transição. A CNI pedia não o adiamento, mas a derrubada da emenda, possibilidade afastada por Dino logo no início da audiência.

O texto aprovado no Congresso Nacional prevê implementação em duas fases. Em dezembro, a carga horária dos trabalhadores cai de 44 para 42 horas semanais, e passa a ser exigido um novo acordo para distribuir a jornada de trabalho nos cinco dias da semana. A redução completa para 40 horas semanais só passa a valer a partir de dezembro de 2027.

Entidades do comércio pediram adiamento da redução para 42 horas para dezembro de 2027, mas as associações industriais querem derrubar a emenda constitucional.

Na audiência realizada nesta semana, as centrais sindicais questionaram a premissa do empresariado, de que não haveria prazo suficiente para implementar a nova jornada.

Segundo parte dos sindicatos, existe um amplo contingente de trabalhadores que já estão prestes a fechar acordos coletivos que se encaixam na nova regra. É o caso do Sindicato dos Comerciários de São Paulo.

Já as empresas disseram que o prazo reduzido pode gerar impacto maior no aumento do valor da hora de trabalho, na necessidade de horas extras e no aumento de custos com mão de obra.

Na audiência, os representantes do empresariado criticaram o que dizem ser um prazo restrito para implementar a escala 5x2 e reduzir a carga de 44 horas para 42 horas semanais em dezembro.

Sindicatos de trabalhadores e empresários também aguardam a publicação do decreto do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), que deve ser publicado apenas após o retorno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) das viagens ao exterior. Segundo o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, o decreto vai reforçar a prevalência do acordo coletivo sobre a lei.

A norma incluirá a possibilidade de o trabalhador ter apenas um descanso na semana em algum momento do mês, desde que, ao fim dos 30 dias, ele tenha somado oito folgas.

A previsão é de que o decreto do MTE não tenha uma lista específica de categorias afetadas pela regulamentação. As empresas deverão decidir individualmente como o regime de escala será aplicado às suas realidades, considerando as regras fixadas na emenda.

Paulo Paim anuncia lançamento na Feira do Livro

/ CONGRESSO NACIONAL

*O senador gaúcho Paulo Paim (PT, foto) visitou a sede do **Jornal do Comércio** nesta quinta-feira para anunciar o lançamento do livro "Política com alma", que ocorrerá neste sábado na Feira do Livro de Porto Alegre. Paulo Paim foi recebido pelo presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero, e concedeu entrevista à reportagem em que fez um balanço de seus 40 anos de atuação no Congresso Nacional. O material da entrevista será publicado na próxima segunda-feira nas edições online e impressa do jornal.*

FERNANDA BIGIO DAVOGLIO/ESPECIAL/JC

